



As metas do Milênio e gestão social

Luiz Panhoca¹
Olga Maria Panhoca da Silva²
Fernanda Figueira³

Resumo

Este trabalho é a primeira parte de um projeto que tem por objetivo apresentar as metas de desenvolvimento do milênio como estratégia para a gestão social e ambiental tendo como estudo de caso o município de Pindamonhangaba (SP). Utiliza-se uma metodologia para as categorias dos indicadores denominada *fuzzy set*. Para cada categoria, utilizou-se de dados disponibilizados pelo IBGE e SEADE. Os objetivos do milênio originaram-se de conferências internacionais, tais como a Rio 92, e propõem a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. O uso de indicadores possibilita verificar o posicionamento do município e a não aderência utilizada para se estabelecer as estratégias a serem adotadas para conduzir as políticas e planos municipais para o desenvolvimento e bem estar da população local

Palavras-chaves: objetivos do milênio, desenvolvimento sustentável, estratégia e gestão ambiental.

¹ Professor Convidado do programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

² Diretora de Pesquisas e professora da UDESC-NCO – Universidade Estadual de Santa Catarina.

³ Mestranda do programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

The Millennium Development Goals and Social Administration

Abstract

This work is the first part of a project that attends to present the goals of development of the millennium as a strategy to social and environmental administration, having as study case the municipal district of Pindamonhangaba. Proposal methodology of categories is denominated fuzzy set. For each category, data made available by IBGE and SEADE was used. The goals of the millennium originated from international conferences such as Rio 92, and intend to reduce the poverty and promote the maintainable development in the period of 25 years, between 1990 and 2015. Indicators will be used to verify the positioning of the municipal district and the non-adherence will be used to establish the strategies to be adopted to drive the politics and municipal plans to development and well being of the local population

Key-words: objectives of the millennium, maintainable development, strategy and environmental administration

Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar o posicionamento das estratégias e gestão social e ambiental a partir das metas de desenvolvimento do milênio no município de Pindamonhangaba, no que se refere a acabar com a fome e a miséria, e a educação básica e de qualidade para todos, respectivamente os objetivos 1 e 2 do milênio.

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior realizada com o intuito de obtenção do título de mestrado em planejamento regional, onde são analisadas as oito metas do milênio.

Uma alternativa interessante para se aferir as estratégias que têm a pretensão de gestão social e ambiental, no que se refere à pobreza em uma dada sociedade, consiste em se combinar indicadores da renda familiar a indicadores do acesso da população a bens e serviços essenciais, como moradia, saneamento, educação, serviços de saúde, entre outros (WECD, 1987; SEADE, 1992). Os problemas metodológicos não são poucos, envolvendo desde a disponibilidade de informações confiáveis para a construção dos diferentes indicadores até a dificuldade em estabelecer-se ponderações adequadas para cada um deles.

Os oito objetivos se subdividem em dezoito metas específicas planejadas para servir como projeto e plano de ação, para as quais correspondem quarenta e oito indicadores sócio-econômicos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) coordena as metas, acompanhando os progressos no sentido de atingir os compromissos assumidos (U.N., 2002; PNUD, 2003).

Segundo Barroso (2004), passados alguns anos desde o estabelecimento dos objetivos, órgãos internacionais como o Banco Mundial alertam para a possibilidade de não se atingir as metas, se as tendências históricas forem mantidas.

Neste contexto de desenvolvimento mundial, faz-se necessário observar em que nível os municípios brasileiros estão envolvidos com o cumprimento das metas. (DOWBOR, 1999).

Com interesse em avaliar, em especial, um município da região do Vale do Paraíba Paulista, foi selecionado o município de Pindamonhangaba.

Justifica-se a escolha pelo município de Pindamonhangaba como amostra por conveniência, devido a sua localização central no Vale do Paraíba, e facilidade no levantamento dos indicadores econômicos e sociais.

As "Oito Metas do Milênio" são:

- 1- Acabar com a fome e a miséria;

- 2- Educação básica e de qualidade para todos;
- 3- Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- 4- Reduzir a mortalidade infantil;
- 5- Melhorar a saúde das gestantes;
- 6- Combater a aids, a malária e outras doenças infecto contagiosas;
- 7- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- 8- Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Segundo Barroso (2004) e U.N. (2000 e 2002), passados alguns anos desde o estabelecimento dos objetivos, órgãos internacionais como o Banco Mundial alertam para a possibilidade de não se atingir as metas, se as tendências históricas forem mantidas.

Neste contexto do desenvolvimento mundial, faz-se necessário observar em que nível os municípios brasileiros estão envolvidos com o cumprimento das metas.

Com interesse em avaliar, em especial, um município da região do Vale do Paraíba Paulista, foi selecionado o município de Pindamonhangaba.

Justifica-se a escolha pelo município de Pindamonhangaba como amostra por conveniência, devido a sua localização central no Vale do Paraíba, e facilidade no levantamento dos indicadores econômicos e sociais, além do interesse pessoal da autora em realizar um estudo relacionado com o desenvolvimento regional.

Segundo Sohler (2004), a análise de estratégia e gestão social e ambiental faz-se necessário uma contextualização do cenário mundial nas três últimas décadas.

Durante as três décadas passadas, a revolução da tecnologia da informação deu origem a um novo tipo de capitalismo, que é profundamente diferente daquele formado durante a revolução industrial (formulado por Marx) ou daquele que emergiu após a Segunda Grande Guerra (formulado por Keynes). (CASTELLS, 1996, 1997 e 1998; HUTTON e GIDDENS, 2000; GIDDENS, 1996).

Ele é caracterizado por três aspectos fundamentais. O cerne de suas atividades econômicas é global; as fontes principais de produtividade e competitividade são: inovação, geração de conhecimento e processamento da informação e, tudo isto, está amplamente estruturado ao redor de redes de fluxos de financiamento. Este novo capitalismo global é também referido como “a nova economia” ou simplesmente “globalização”. (ABBATE, 1999; HUTTON E GIDDENS, 2000; HIMANEN, 2001, UNDP, 1996 E 1999)

Na nova economia o capital trabalha em tempo real, movimentando-se rapidamente de uma opção para outra, numa busca global incansável por oportunidades de investimentos. Os mercados são continuamente manipulados e transformados por estratégias de investimento acionadas por computador, pela análise de percepções subjetivas de analistas influentes, eventos políticos em qualquer parte do mundo e, mais significativamente, por turbulências imprevisíveis, resultantes de interações complexas do fluxo de capital neste sistema altamente não linear. (HABERMAS, 1973; MANDER E GOLDSMITH, 1996; CAPRA, 2002). Estas turbulências amplamente descontroladas resultaram em uma série de drásticas crises financeiras nos anos recentes.

O impacto da nova economia no bem estar do ser humano tem sido negativo até o presente momento. Enriqueceu a elite global de especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica, mas as consequências sociais e ambientais no seu todo, tem sido desastrosas. (HELD, 1990).

A partir de pensadores modernos entende-se que as estratégias para a gestão social e ambiental são hoje “uma das mais importantes considerações da compreensão sistêmica da vida e do reconhecimento que redes constituem o padrão básico de organização de todo e qualquer sistema vivente”. (LOVELOCK, 1991; MARGULIS, 1998).

A estratégia da gestão social e ambiental deve perceber os ecossistemas em forma de teias de alimento (i.e., redes de organismos); organismos são redes de células; e células são redes de moléculas. Rede é um padrão comum a todo tipo de vida. Redes vivas de forma contínua criam ou recriam a si próprias, quer transformando ou substituindo seus componentes. (CAPRA 1996 E 2002; MARGULIS, 1998).

A estratégia e a gestão social e ambiental também pode ser compreendida em termos de rede de comunicações. Redes vivas em comunidades humanas são as redes de comunicação. São autogeradoras, mas o que geram é especialmente o intangível. Cada comunicação cria pensamentos e significados, os quais por sua vez dão lugar a comunicações posteriores, e assim uma rede inteira gera a si própria em conformidade com a complexidade das estratégias.

Na rede social, à medida que comunicações se desenvolvem, produzirão um sistema compartilhado de crenças, explicações, e valores — um contexto comum de significados, conhecidos como cultura, o qual é continuamente sustentado por comunicações das estratégias adicionais. É através da cultura que os indivíduos adquirem

identidade como membros da rede social. E a estratégia é gerada pela interação das necessidades desses atores.

À medida que este século desponta, duas estratégias conduzirão os planos de ação das organizações públicas, privadas ou do Terceiro Setor. Dois desenvolvimentos resultarão em impactos de monta no bem estar e no "modus vivendi" da humanidade. Ambos têm tudo a ver com estratégias e elas são as redes e ambas radicalmente envolvem novas tecnologias. (LUIZI, 1998).

Um deles é o crescimento global do capitalismo, as redes eletrônicas de financiamento e de fluxo da informação, denomina-se capitalismo global ou simplesmente globalização. O outro é a criação de comunidades sustentáveis lastreadas na prática do planejamento ecológico, ecoestratégias.

O objetivo da economia global no seu contexto atual é maximizar a riqueza e o poder ao passo que cabe as eco-estratégias o objetivo de maximizar a sustentabilidade da teia da vida.

As análises das estratégias adotadas pelas organizações demonstram que a nova economia está produzindo uma resultante de conseqüências interligadas e danosas — aumentando a desigualdade social e a exclusão social, o colapso da democracia, deterioração mais rápida e abrangente do ambiente natural e ascensão da pobreza e alienação. O novo capitalismo global ameaça e destrói as comunidades locais por todo o globo; e amparado em conceitos de uma biotecnologia deletéria, invadiu a santidade da vida ao tentar mudar diversidade em monocultura, ecologia em engenharia, e a própria vida numa commodity. (LUHMANN, 1990; BAERT, 1999; CASTELLS, 2000).

Torna-se cada vez mais claro que o capitalismo global na sua forma atual é insustentável e necessita ser fundamentalmente replanejado. Na realidade, acadêmicos, líderes comunitários e ativistas populares, no mundo todo, estão erguendo suas vozes, exigindo o “virar do jogo” e sugerindo as maneiras concretas de fazê-lo. (HELD, 1990; CAPRA 1996)

Qualquer discussão realista sobre estratégias para se “virar do jogo” deve começar com o reconhecimento que a forma atual da globalização econômica foi conscientemente planejada e pode ser reformatada através de estratégias inovadoras. O mercado global, como é conhecido, é na verdade uma rede de máquinas programadas de acordo com o princípio fundamental que gerar dinheiro deve preceder direitos humanos, democracia, proteção ambiental ou qualquer outro valor. Entretanto, as mesmas estratégias de financiamento e fluxo da informação poderiam incorporar outros

valores, neles inseridos. O ponto crítico não é tecnologia e sim política. (SEARLE, 1984; GALBRAITH, 1984)

No final do séc. XX formou-se uma impressionante coalizão global de ONGs, com estratégias de gestão social e ambiental lastreadas nos valores centrais da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica. Estas organizações conectaram-se eletronicamente para a formulação de propostas e ações conjuntas. Suas ações orquestradas, baseadas em estratégias de rede, permanentemente modificaram o clima político no que diz respeito ao tópico: globalização econômica. Elas também propõem uma série completa de alternativas das práticas comerciais, incluindo-se propostas concretas e radicais para reestruturar as instituições financeiras globais, propostas estas que modificariam profundamente a natureza da globalização. (BROWN et al., 2001; HAWKEN, 1993; HAWKEN & LOVINS & LOVINS, 1999; CASTELLS, 2000).

Esses movimentos globais exemplificam um novo tipo de estratégia, e que é típica da nossa “era da informação”. Devido à utilização estratégica e habilidosa da Internet as ONGs conseguiram se relacionar em rede, compartilhar informação e mobilizar seus membros com velocidade sem precedentes. Como resultado, as novas ONGs globais emergiram como atores efetivos, independentes das instituições nacionais ou internacionais. Elas constituem assim um novo tipo de sociedade civil global. (HAWKEN, 1999; PAULI, 2000)

O que parece ser o ponto focal para maior e mais dinâmica coalizão dessas ONGs é a eco-estratégia - um esforço conjugado para re-configurar nossas estruturas físicas, cidades, tecnologias, e indústrias, de modo a torná-las ecologicamente sustentáveis. (CAPRA 2002).

Eco-alfabetização é o primeiro passo na estratégia da sustentabilidade. Estas definições implicam que o primeiro passo correlacionado ao nosso empenho para construir comunidades sustentáveis deve ser em direção a “alfabetização ecológica”, i.e., entender os princípios de organização evolutiva dos ecossistemas na sustentação da teia da vida. Isto significa que a eco-alfabetização deve se tornar uma qualificação indispensável para políticos, líderes empresariais e profissionais em todas as esferas. Ela deverá ser a parte mais importante da escolaridade, em todos os níveis – desde a escola primária até a escola secundária, faculdades e universidades e na educação continuada e no treinamento de profissionais. (PAULI, 2000; HAWKEN, LOVINS E LOVINS, 1999).

Segundo os pensadores da pós-modernidade, Morin, Demasi, Maturana e outros, o segundo passo é movimentar-se da eco-alfabetização para a eco-estratégia. Temos que aplicar nosso conhecimento para o planejamento sustentado de nossas tecnologias e instituições sociais, de modo a estabelecermos uma ponte entre o planejamento humano e os sistemas ecologicamente sustentáveis da Natureza. (ANDERSEN, 1998; DUNN, 2001).

Eco-estratégia na acepção ampla da palavra, consiste em direcionar os fluxos de energia e da matéria, para a finalidade humana. O eco-estratégia constitui um processo pelo qual nossos objetivos humanos são cuidadosamente entrelaçados com os padrões maiores e os fluxos do mundo natural. Os princípios das eco-estratégias refletem os princípios da organização evolutiva da natureza e que sustentam a teia da vida. Exercer a prática do planejamento industrial neste contexto requer uma mudança fundamental de atitude para com a natureza, é despojar-se do conceito “o que podemos extrair da natureza”, substituindo por “o que podemos aprender com ela”. (HAWKEN, LOVINS E LOVINS, 1999; LAMB, 1999, DUNN, 2001).

Em anos recentes houve aumento expressivo no número de projetos e práticas ecologicamente orientados, Um exemplo de planejamento ecológico é a organização de diferentes indústrias em agrupamentos (clusters) ecológicos, onde as sobras ou o lixo de uma organização se tornem recursos para outras.

Estas estratégias advogam uma mudança da economia orientada para o produto, para uma economia de “serviço e fluxo”. A chave para tal definição operacional é a conscientização que não precisamos inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, mas que podemos modelá-las a partir de estratégias e gestão social e ambiental. Uma vez que a característica notável da biosfera consiste em sua habilidade para sustentar a vida, uma comunidade sustentável deve ser estrategicamente planejada de forma que, suas formas de vida, negócios, economia, estruturas físicas e tecnologias não venham a interferir com a habilidade inerente à Natureza ou à sustentação da vida. (HAVEL, 1990).

As estratégias para o desenvolvimento sustentado das organizações necessitam, antes de tudo, compreender e considerar a gestão ambiental e o conceito de desenvolvimento sustentado. Uma das definições de desenvolvimento sustentável é aquela formulada por Brundtland (WCED, 1987): “um modelo de desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponha em risco a possibilidade de as

gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades”. Esse conceito foi é quase um consenso a partir da RIO-92.

Segundo Turnes, (2004) desenvolvimento local sustentável está relacionado a estratégias que têm como foco a melhoria da qualidade de vida e o bem estar social local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, afim de que essa possa garantir sua sustentabilidade.

Eco-estratégias devem trabalhar as dimensões - sócio-cultural, econômica, ambiental, político institucional, e outras conseguidas por laços de confiança e de identidade. (DOWBOR, 1998).

A estratégia, a gestão social e ambiental sustentável fundamenta-se não só em arranjos institucionais através de atores institucionais. Como bem observa Sen (2000), o esforço para a caracterização do bem estar e liberdade das pessoas tende a aumentar a demanda por dados e informação capazes de captar o desenvolvimento através deste conceito. É importante enfatizar não apenas os direitos sociais, mas também os direitos civis e políticos (SEN, 2000). Esta abordagem é mais abrangente que a abordagem das necessidades básicas, pois inclui acesso dos indivíduos à educação, saúde, infra-estrutura (acesso aos bens públicos em geral), além da possibilidade dos indivíduos exercerem sua cidadania e representatividade social.

Metodologia

O estudo de caso de aplica a esta pesquisa pois “a mais importante é explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos”. (YIN, 2003, p.34).

O levantamento de dados tem-se mostrado uma atividade complexa e particularmente difícil, no entanto não se identificar condições precedentes para se comprovar os levantamentos a partir de uma posição pré-concebida. Para tanto têm-se o objetivo de calcular os indicadores para o Município de Pindamonhangaba a partir dos dados primários levantados. Para esta finalidade se estabeleceu um protocolo de para utilização na definição das categorias a serem verificadas. O objetivo desse estabelecimento é “aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e destina-se orientar o pesquisador ao conduzir o estudo de caso”. (YIN, 2003, p.89).

O protocolo neste caso é o entendimento das dimensões das categorias (as oito metas do milênio) e o estabelecimento de atributos, ou indicadores para os diversos itens a serem pesquisados.

Costa (2002) define as dimensões de uma categoria de acordo com atributos que indicam uma forma de participação e a representação desses atributos se dá por um vetor $X=(X_1, \dots, X_j, \dots, X_m)$ que inclui variáveis econômicas, demográficas, sociais, etc.

Esta análise multidimensional utiliza-se da teoria denominada *fuzzy set* para se construir um índice em função dos m atributos contidos em X . Uma população $A=\{a_1, \dots, a_i, \dots, a_n\}$ composta por n elementos da amostra, que apresentam algum grau de relacionamento em pelo menos um dos m atributos de X . O grau ou intensidade do indicador x_{ij} do i -ésimo elemento ($i=1, \dots, n$) referente ao j -ésimo atributo ($j=1, \dots, m$) para o *fuzzy set* B é dado por :

$$\mu_B(X_j(a_i)) = x_{ij} \quad 0 \leq x_{ij} \leq 1 \quad [1]$$

Em particular tem-se que:

- (i) $x_{ij} = 1$, se o i -ésimo elemento não é dotada do j -ésimo atributo;
- (ii) $x_{ij} = 0$, se o i -ésimo elemento é dotada do j -ésimo atributo;
- (iii) $0 < x_{ij} < 1$, se o i -ésimo elemento é dotada do j -ésimo atributo em algum grau entre 0 e 1;

O índice relativo a uma determinada categoria $\mu_B(a_i)$, ou seja, o grau ou intensidade da categoria do i -ésimo elemento para o *fuzzy set* B é definido como uma média ponderada de x_{ij} ,

$$\mu_B(a_i) = \frac{\sum_{j=1}^m x_{ij} w_j}{\sum_{j=1}^m w_j} \quad [2]$$

onde w_j é o peso do j -ésimo atributo.

O índice $\mu_B(a_i)$ mede o grau da categoria do i -ésimo elemento como uma função ponderada dos m atributos. Esta é uma medida do grau da equidade relativa ao i -ésimo elemento. O peso w_j do j -ésimo atributo considera a intensidade da iniquidade do atributo j e é definido por uma função inversa do grau de equidade do atributo em questão. Quanto maior a iniquidade maior w_j . (CERIOLI e ZANI, apud COSTA, 2002)

Enfim, o índice de uma determinada categoria μ_B é a média ponderada das razões da equidade dos n elementos $\mu_B(a_i)$:

$$\mu_B = \frac{\sum_{j=1}^m \mu_B(a_i) n_i}{\sum_{n=1}^m n_i} \quad [3]$$

Além disso o índice proposto de cada elemento i -ésimo do atributo $\mu_B(a_i)$ da população μ_B , o *fuzzy set* permite também o cálculo de um índice unidimensional para cada conjunto de j atributos considerados. Enquanto o índice multidimensional para cada i -ésimo elemento $\mu_B(a_i)$ é a média de x_{ij} ponderada por w_j , o índice unidimensional do atributo j é a média de x_{ij} ponderada por n_i :

$$\mu_B(X_j) = \frac{\sum_{j=1}^m x_{ij} n_i}{\sum_{i=1}^n n_i} \quad [4]$$

Desta forma é possível obter-se o indicador multidimensional da categoria para a população μ_B como uma média ponderada de $\mu_B(X_j)$ com o peso w_j :

$$\mu_B = \frac{\sum_{j=1}^m \mu_B(a_i) n_i}{\sum_{n=1}^m n_i} = \frac{\sum_{j=1}^m \mu_B(X_i) w_j}{\sum_{j=1}^m w_i} \quad [5]$$

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram elaborados a partir da conscientização dos problemas relacionados com a população, meio ambiente, gênero, direitos humanos e desenvolvimento e definidos a partir da reunião de Cúpula do Milênio no ano de 2000. Foram definidas oito metas para atingir o desenvolvimento sustentável em 25 anos, de 1990 á 2015 (N.U., 2003).

Os oito objetivos se subdividem em dezoito metas específicas planejadas para servir como projeto e plano de ação, para as quais correspondem quarenta e oito indicadores sócio-econômicos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) coordena as metas, acompanhando os progressos no sentido de atingir os compromissos assumidos (PNUD, 2003).

O acompanhamento das metas relativas à erradicação da pobreza e da fome envolve uma dificuldade relacionada às diferentes abordagens conceituais acerca da pobreza e às complexas e muitas vezes não consensuais decisões metodológicas para a adoção de uma medida que viabilize sua mensuração (SEADE, 2005).

Ao adotar-se a metodologia utilizada no Relatório Estadual de Acompanhamento 2005 (SEADE, 2005), optou-se por mensurar a população em situação de pobreza e indigência a partir dos critérios normativos dos programas sociais compensatórios, tomando-se como pobre a população que dispõe de renda domiciliar mensal de até meio salário mínimo per capita, e como indigente, aquela com até um quarto de salário mínimo per capita.

Embora haja uma definição explícita quanto ao indicador a se usar para o acompanhamento das metas relacionadas ao primeiro ODM – o PPC (Paridade do Poder de Compra) inferior a um dólar por dia, sua utilização envolve questões metodológicas ainda não plenamente consensuadas na literatura econômica (SEADE,2005).

Inúmeros estudos têm sido efetuados com o objetivo de quantificar a população de mais baixa renda ou aquela que se situa abaixo da linha da pobreza, considerada indigente, e resultados diferentes tem sido obtidos.

Ao analisar a população de baixa renda para cada município, o IBAM desenvolveu o Índice de Pobreza Municipal, que utiliza o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, a diferença entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a unidade 1.

Desta forma, se o IDHM para o Brasil em 2000 é de 0,756, o Índice de Pobreza Municipal para o Brasil em 2000 (IPM) seria de 0,244: $(1-0,756 = 0,244)$.

Para o Estado de São Paulo temos: $(1-0,814 = 0,186)$ e para a cidade de Pindamonhangaba $(1-0,815 = 0,185)$. Segundo a análise do IBAM, tanto o Estado quanto o município de Pindamonhangaba apresentam baixos índices de pobreza municipal.

Conforme o Relatório Estadual de Acompanhamento (SEADE,2005), tomamos como indicador de acompanhamento a taxa

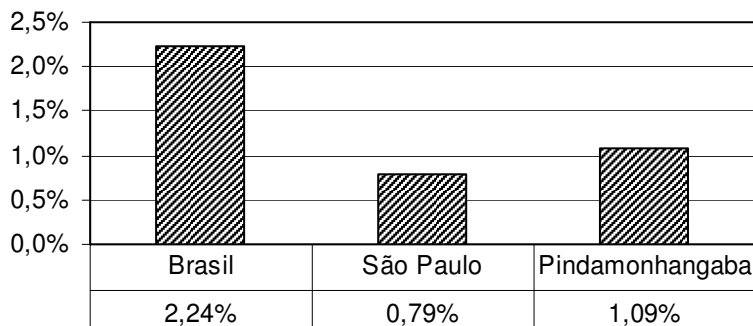
de escolarização por nível de ensino, definida como a proporção de crianças, adolescentes ou jovens – de determinada faixa etária – que freqüentam a educação infantil, ensino fundamental ou médio. Essa medida sintetiza os efeitos do nível de evasão e reprovação dos alunos, indicando o nível e o ritmo com que a população em idade escolar vai concluindo a escolarização básica.

As informações educacionais estão entre as mais regularmente produzidas e disponibilizadas no país e no estado.

Dados e análise

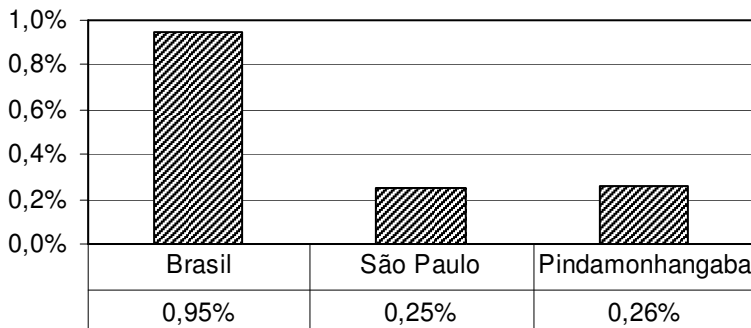
Objetivo 1 – erradicar a extrema pobreza e fome

Figura 1: Proporção de pobres em 2000 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2005)

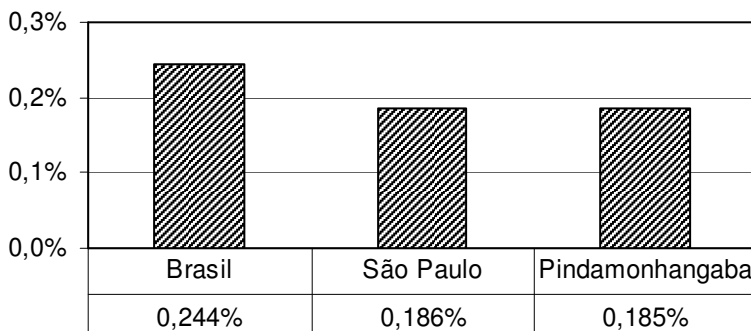
Em Pindamonhangaba este indicador mostra-se inferior à metade do índice nacional, porém, está acima do índice do Estado de São Paulo. À exemplo do Estado, a população pobre da cidade é contemplada por programas sociais que visam contribuir para a redução da pobreza: o Renda Cidadã – que atende as famílias em situação de risco social com a concessão de recursos financeiros temporários, conjugados á medidas sócio-educativas e de geração de renda; o Viva-Leite – que distribui leite enriquecido; e o Banco do Povo Paulista – que busca fomentar a geração de renda no município incentivando o pequeno empresário, com empréstimos a juros de 1% ao mês.

Figura 2: População Indigente em 2000 (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2005)

A população indigente na cidade de Pindamonhangaba registrava em 2000 (0,26%) semelhante ao do Estado (0,25%), e bastante inferior ao índice do país (0,95%). A cidade reflete a tendência histórica do Estado de São Paulo, que tem mantido o nível de pobreza abaixo da média nacional.

Segundo o IBGE (2002), municípios como Pindamonhangaba que possuem população acima de 100 mil habitantes, as participações da população de mais baixa renda são inferiores às da média nacional.

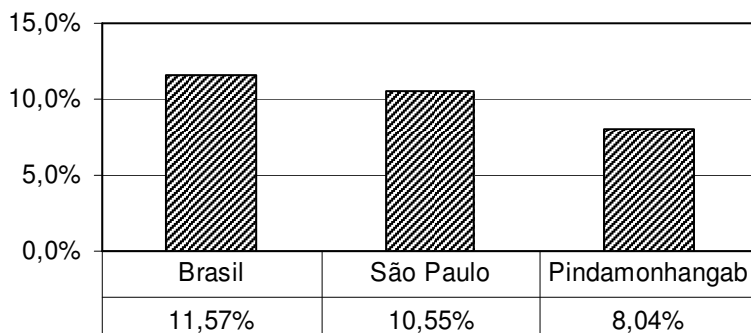
Figura 3: Índice de Pobreza Municipal

Fonte: IBAM, 2005

Objetivo 2 – Universalizar a Educação Primária

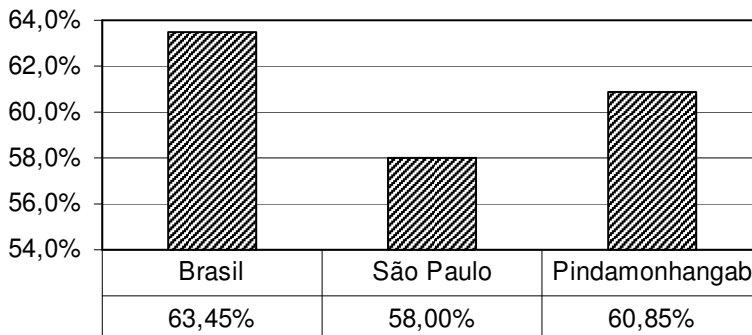
A taxa de escolarização básica de crianças de 4 à 6 anos no município apresenta-se abaixo dos índices do país e do estado. O município vem ampliando os investimentos na educação básica á cada ano. Verifica-se conforme dados da Fundação SEADE, que a valores correntes o município aplicou R\$ 18, 5 milhões em 1999, R\$ 20,7 milhões em 2000, e 21,5 milhões em 2001.

Figura 4: Taxa de escolarização de 04 á 06 anos em 2000 (%)



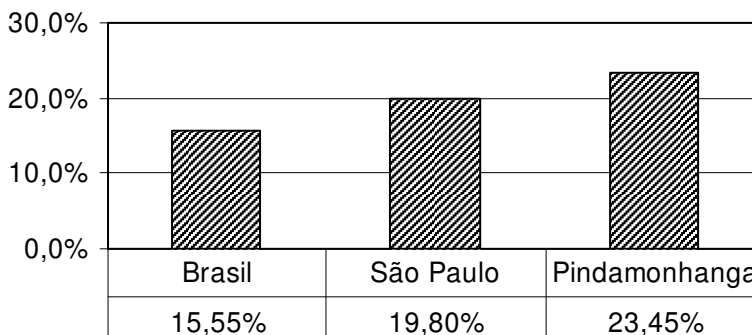
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

A universalização da educação infantil depende não apenas da ampliação da oferta de vagas, em particular pelo poder público municipal, mas também de mudanças de comportamento sociocultural quanto ao engajamento mais precoce de crianças na pré-escola. Nesse contexto, há que se considerar a diminuição do nível de fecundidade das mulheres, que tem se mantido relativamente baixo há um bom tempo. No ensino fundamental e médio observamos que o município apresenta índices de frequência acima dos índices do Estado.

Figura 5: Frequência ao ensino fundamental em 2000 (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

O índice de frequência ao ensino fundamental no município supera o índice do Estado e assemelha-se ao índice do país. Esses resultados acenam positivamente para o cumprimento da meta de universalização do ensino fundamental e médio.

Figura 6: Frequência ao ensino médio em 2000 (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

Esses resultados acenam positivamente para o cumprimento da meta de universalização do ensino fundamental e médio.

Considerações finais

As observações acima sugerem que, em muitos sentidos, as estratégias a serem efetivadas nos países menos desenvolvidos devem ter uma percepção dos problemas sociais que as circunda bastante diferente daquelas adotadas pelas estratégias européias que optaram por investir em soluções coletivas para combater a pobreza.

Os atores envolvidos no processo, quando atribuem ao poder público a responsabilidade de solucionar problemas, fazem-no, com frequência, como uma maneira de se eximir de obrigações sociais. Por outra parte, quando chamam a si a tarefa de buscar soluções, essas são pensadas quase sempre como soluções individuais, excludentes.

Assim, por exemplo, na questão da segurança: o recurso ao policiamento privado é uma clara indicação nesse sentido. Pode-se argumentar, que a visão das elites sobre como enfrentar os problemas decorrentes da pobreza e da desigualdade é afetada por sua percepção da capacidade do poder público para levar à frente políticas sociais. Como quer que seja, o que interessa ressaltar aqui é que a maneira como as elites representam a pobreza e a desigualdade tem conseqüências tangíveis sobre as formas concretas como as sociedades respondem a esses problemas.

Feitas as observações acima, resta-nos concluir que se bem seja tão difícil arregimentar apoio para programar políticas de combate à pobreza e à desigualdade, é ainda com o recurso à persuasão e/ou à coerção que é preciso contar para alterar resultados de mercado que nos pareçam inaceitáveis por razões éticas ou pragmáticas. Parece ser possível concluir também que se identificarmos as motivações das elites será mais fácil assegurar sua adesão. Se pudermos identificar que argumentos sensibilizam os interesses desses atores teremos expandido nosso conhecimento de forma a precisar melhor que tipo de incentivos seletivos podem ser administrados para fomentar a cooperação ou pelo menos a aquiescência das elites.

Pode-se afirmar, portanto, que as necessidades não só revelam condição de carência como, sobretudo, potencialidade, quando são satisfeitas sinergicamente. Nesse contexto, o trabalho tem sentido mais amplo que o de simples meio de geração de receita, estimulando a criatividade, a solidariedade, a identidade; ao mobilizar as potencialidades da comunidade organizada, a força de trabalho, o recurso mais abundante entre os pobres, converte-se em gerador de outros recursos.

Nessa perspectiva, múltiplas iniciativas micro-sociais articuladas com políticas globais em escala nacional e local permitirão

o desenvolvimento de inúmeras comunidades urbanas e de comunidades rurais auto-sustentadas, geradoras de emprego e de renda e participantes na dotação de serviços sociais básicos, contribuindo para superar sua condição de pobreza e para o desenvolvimento sustentado.

Referências Bibliográficas

- ABBAT, J. **Inventing the internet**. MIT Press, 1999.
- ANDERSEN, R. **Mid-course correction**. Atlanta: Peregrinzilla Press, 1998.
- BAERT, P. **Social theory in the twentieth century**. NY: New York University Press, 1998.
- BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 123, p. 573-582, set. dez. 2004.
- BROWN, L, et. al. **State of the world 2001**. Washington, D.C.: Worldwatch Institute, 2001.
- CAPRA, F. **The web of life**. New York: Anchor/Doubleday, 1996.
- CAPRA, F. **The hidden connections: integrating biological, cognitive, and social dimensions of life into a science of sustainability**. New York: Doubleday, 2002.
- CASTELLS. M. **The information age: the rise of the network society**. London: Blackwell, 1996.
- CASTELLS. M. **The information age: the power of identity**. London: Blackwell, 1997.
- CASTELLS. M. **The information age: end of millenium**. London: Blackwell, 1998.
- CASTELLS. M. **Materials for an exploratory theory of the network society**. *British Journal of sociology*. v.51, n.1, jan./mar., 2000.
- COSTA, M. **A multidimensional approach to the measurement of poverty**. IRISS Working papers series No. 2002-05. IRISS at CEPS/INSTEAD - Integrated Research Infrastructure in the Socio-Economic Sciences. Luxembourg, 2002.
- DOWBOR, L. **Reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

- DOWBOR, L **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DUNN, S. **Decarbonizing the energy economy**. In Brown et al. 2001.
- GIDDENS, A. **Times higher education supplement**. London, 13 dec. 1996.
- GALBRAITH, J. K. **Uma visão de Galbraith sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes**. Carlos Afonso Malferrari (Trad.). Coleção Novos umbrais. São Paulo: Pioneira, 1989.
- HABERMAS, J. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. José Luis Etcheverry, (Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- HAVEL, V. **Disturbing the peace**. London: Faber and Faber, 1990.
- HAWKEN, P. **The ecology of commerce**. New York: HarperCollins, 1993.
- HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, H. **Natural capitalism**. New York: Little Brown, 1999.
- HELD, D. **Introduction to critical theory**. Berkeley: University of California Press, 1990.
- HIMANEN, P. **Hakker ethic**. New York: Randon House, 2001,
- HUTTON, W. e GIDDENS, A. **Global capitalism**. New York: The New York Press, 2000.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública, 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?noticia>. Acesso em: 24 Jun. 2005.
- LAMB, M. **Power to people**. Mother Earth News, oct./nov., 1999.
- LOVELOCK, J. **Healing Gaia**. New York: Harmony Books, 1991.
- LUHMAN, N. **The autopoiesis of social system**. In Essays on self-reference. New York: Columbia University Press, 1990.
- LUIZI, P. L. **About various definitions of life**. Origins of life and evolution of the biosphere. n. 28, pp.613-622, 1998.
- MANDER, J. e GOLDSMITH, E. **The case against the global economy**. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.
- MARGULIS, L. **Symbolic planet**. New York: Basic Books, 1998.

N. U. - NAÇÕES UNIDAS **Roteiro das Metas**. Nova Iorque, Setembro, 2001.

N. U. - NAÇÕES UNIDAS Rumo ao objetivo do milênio de reduzir a pobreza na América Latina e o Caribe. Santiago do Chile: ONU, jan., 2003.

PAULI, G. **UpSizing**. New York: Greenleaf, 2000.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Apresentação do PNUD. Brasília, PNUD, 2003.

SEARLE, J. **Minds, brains and science**. Cambridge: Harvard University Press. 1984.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Definição e mensuração da pobreza na região metropolitana de São Paulo: uma abordagem multi-setorial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1992.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Relatório Estadual de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2005. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, nov. 2005.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOHLER, F.A.S. Modelo para otimização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das organizações das Nações Unidas (ONU) composto pelos indicadores de educação, saúde e renda. 2004. **Dissertação de Mestrado** - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TURNES, V. A. Sistema Delos : indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis: mimeo, 2004.

U. N. - UNITED NATIONS. Implementation of the United Nations Millennium Declaration. New York: ONU, jul., 2002.

U. N. - UNITED NATIONS United Nations Millennium Declaration. New York: ONU, Sep., 2000.

UNDP - UNITES NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Human development report 1996. New York: Oxford University Press, 1996.

UNDP - UNITES NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM Human development report 1999. New York: Oxford University Press, 1999.

WCED - WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our common future. Oxford, UK: Oxford University Press, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Daniel Grassi (Trad.). 2. ed. Proto Alegre: Bookman, 2001.